



LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E DOS CONSELHOS DE MEDICINA CONSTANTES DO EDITAL 001/2019 DO CONCURSO PÚBLICO DO CREMERJ.

I - LEIS FEDERAIS

1 - LEI Nº 3.268, DE 30 DE SETEMBRO DE 1957.

Ementa: Dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3268.htm

2 - LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Ementa: Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm

3 - LEI Nº 6.839, DE 30 DE OUTUBRO DE 1980.

Ementa: Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6839.htm

4 - CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

5 – EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 04 DE JUNHO DE 1998

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm

6 - LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.

Ementa: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm

7 - LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990.

Ementa: Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8142.htm

8 - LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991.

Ementa: Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8245.htm

9 - LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.

Ementa: Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8429.htm

10 - LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Ementa: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666compilado.htm



11 - LEI Nº 9.431, DE 6 DE JANEIRO DE 1997.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecções hospitalares pelos hospitais do País.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9431.htm

12 – LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Ementa: Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm

13 - LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Ementa: Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9656compilado.htm

14 - LEI Nº 9.784 , DE 29 DE JANEIRO DE 1999.

Ementa: Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm

15 - LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

16 - LEI Nº 10.180, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2001.

Ementa: Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/L10180.htm

17 - LEI No 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.

Ementa: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm

18 - LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Ementa: Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm

19 - LEI Nº 11.000, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2004.

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11000.htm

20 - LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011.

Ementa: Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.

Link: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-014/2011/Lei/L12462compilado.htm



21 - LEI Nº 12.842, DE 10 DE JULHO DE 2013.

Ementa: Dispõe sobre o exercício da Medicina.

Link: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12842.htm

22 - LEI Nº 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014.

Ementa: Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Link: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm

23 - LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Ementa: Código de Processo Civil.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2015/lei/L13105.htm

24 - LEI Nº 13.656, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

Ementa: Isenta os candidatos que especifica do pagamento de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente em órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta da União.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2018/lei/L13656.htm

II - DECRETOS FEDERAIS

1 - DECRETO Nº 20.931 DE 11 DE JANEIRO DE 1932.

Ementa: Regula e fiscaliza o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil, e estabelece penas.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D20931.htm

2 - DECRETO Nº 44.045, DE 19 DE JULHO DE 1958.

Ementa: Aprova o Regulamento do Conselho Federal e Conselhos regionais de Medicina a que se refere a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D44045.htm

3 - DECRETO Nº 77.052, DE 19 DE JANEIRO DE 1976.

Ementa: Dispõe sobre a fiscalização sanitária das condições de exercício de profissões e ocupações técnicas e auxiliares, relacionadas diretamente com a saúde.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D77052.htm

4 - DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.

Ementa: Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm

5 - DECRETO Nº 3.591, DE 6 DE SETEMBRO 2000

Ementa: Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3591.htm

6 – DECRETO Nº 5.296/2004

Ementa: Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm



7 – DECRETO FEDERAL Nº 6.135/2007

Ementa: Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm

8 – DECRETO Nº 6.170, DE 25 DE JULHO DE 2007.

Ementa: Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6170.htm

9 - DECRETO Nº 6.976, DE 7 DE OUTUBRO DE 2009.

Ementa: Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6976.htm

10 - DECRETO Nº 6.821, DE 14 DE ABRIL DE 2009.

Ementa: Altera o Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, que aprova o regulamento do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina a que se refere a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6821.htm

11 - DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013

Ementa: Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D7892.htm

III – DECRETOS-LEI

1 - DECRETO-LEI Nº 4.113, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1942

Ementa: Regula a propaganda de médicos, cirurgiões, dentistas, parteiras, massagistas, enfermeiros, de casas de saúde e de estabelecimentos congêneres, e a de preparados farmacêuticos.

Link: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4113-14-fevereiro-1942-414086-publicacaooriginal-1-pe.html>

2 – DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 01 DE MAIO DE 1943

Ementa: Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Link: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>

IV - NORMAS DOS CONSELHOS DE MEDICINA

(CFM)

1 - RESOLUÇÃO CFM nº 1451/1995

Ementa: Os estabelecimentos de Prontos Socorros Públicos e Privados deverão ser estruturados para prestar atendimento a situações de urgência-emergência, devendo garantir todas as manobras de sustentação da vida e com condições de dar continuidade à assistência no local ou em outro nível de atendimento referenciado.

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/1995/1451>

2 - RESOLUÇÃO CFM nº 1.481/97

Ementa: Determinar que as instituições prestadoras de serviços de assistência médica no País deverão adotar nos seus Regimentos Internos do Corpo Clínico as diretrizes gerais abaixo relacionadas.

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/1997/1481>



3 - RESOLUÇÃO CFM nº 1.490/98

Ementa: A composição da equipe cirúrgica é da responsabilidade direta do cirurgião titular e deve ser composta exclusivamente por profissionais de saúde devidamente qualificados

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/1998/1490>

4 - RESOLUÇÃO CFM nº 1.595/2000

Ementa: Proibir a vinculação da prescrição médica ao recebimento de vantagens materiais oferecidas por agentes econômicos interessados na produção ou comercialização de produtos farmacêuticos ou equipamentos de uso na área médica.

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2000/1595>

5 - RESOLUÇÃO CFM nº 1.605/2000

Ementa: O médico não pode, sem o consentimento do paciente, revelar o conteúdo do prontuário ou ficha médica.

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2000/1605>

6 - RESOLUÇÃO CFM nº 1.638/2002

Ementa: Define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2002/1638>

7 - RESOLUÇÃO CFM Nº 1.821/2007

Ementa: Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde.

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2007/1821>

8 - RESOLUÇÃO CFM Nº 1.886/2008

Ementa: Dispõe sobre as "Normas Mínimas para o Funcionamento de consultórios médicos e dos complexos cirúrgicos para procedimentos com internação de curta permanência"

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2008/1886>

9 - RESOLUÇÃO CFM nº 1952/2010

Ementa: Adota as diretrizes para um modelo de assistência integral em saúde mental no Brasil e modifica a Resolução CFM nº1.598, de 9 de agosto de 2000.

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2010/1952>

10 - RESOLUÇÃO CFM Nº 1.974/2011

Ementa: Estabelece os critérios norteadores da propaganda em Medicina, conceituando os anúncios, a divulgação de assuntos médicos, o sensacionalismo, a autopromoção e as proibições referentes à matéria

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2011/1974>

11 - RESOLUÇÃO CFM Nº 1.980/2011

Ementa: Fixa regras para cadastro, registro, responsabilidade técnica e cancelamento para as pessoas jurídicas, revoga a Resolução CFM nº 1.971, publicada no D.O.U. de 11 de julho de 2011 e dá outras providências.

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2011/1980>

12 – Resolução CFM nº 2007/2013

Ementa: Dispõe sobre a exigência de título de especialista para ocupar o cargo de diretor técnico, supervisor, coordenador, chefe ou responsável médico dos serviços assistenciais especializados.

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2013/2007>

13 – RESOLUÇÃO CFM nº 2.023/2013

Ementa: Aprova as normas processuais que regulamentam as sindicâncias, processos ético-profissionais e o rito dos julgamentos nos Conselhos Federal e Regionais de Medicina.

Link: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2013/2023_2013.pdf



14- RESOLUÇÃO CFM Nº 2056/2013

Ementa: Disciplina os departamentos de Fiscalização nos Conselhos Regionais de Medicina, estabelece critérios para a autorização de funcionamento dos serviços médicos de quaisquer naturezas, bem como estabelece critérios mínimos para seu funcionamento, vedando o funcionamento daqueles que não estejam de acordo com os mesmos. Trata também dos roteiros de anamnese a serem adotados em todo o Brasil, inclusive nos estabelecimentos de ensino médico, bem como os roteiros para perícias médicas e a organização do prontuário de pacientes assistidos em ambientes de trabalho dos médicos.

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2013/2056>

15 – RESOLUÇÃO CFM nº 2.057/2013

Ementa: Consolida as diversas resoluções da área da Psiquiatria e reitera os princípios universais de proteção ao ser humano, à defesa do ato médico privativo de psiquiatras e aos critérios mínimos de segurança para os estabelecimentos hospitalares ou de assistência psiquiátrica de quaisquer naturezas, definindo também o modelo de anamnese e roteiro pericial em psiquiatria.

Link: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2013/2057_2013.pdf

16 - RESOLUÇÃO CFM Nº 2.062/2013

Ementa: Dispõe sobre a interdição ética, total ou parcial, do exercício ético-profissional do trabalho dos médicos em estabelecimentos de assistência médica ou hospitalização de qualquer natureza, quer pessoas jurídicas ou consultórios privados, quando não apresentarem as condições exigidas como mínimas na Resolução CFM nº 2.056/13 e demais legislações pertinentes.

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2013/2062>

17 – Resolução CFM nº 2077/2014

Ementa: Dispõe sobre a normatização do funcionamento dos Serviços Hospitalares de Urgência e Emergência, bem como do dimensionamento da equipe médica e do sistema de trabalho.

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2014/2077>

18 - Resolução CFM nº 2079/2014

Emenda: Dispõe sobre a normatização do funcionamento das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) 24h e congêneres, bem como do dimensionamento da equipe médica e do sistema de trabalho nessas unidades.

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2014/2079>

19 - RESOLUÇÃO CFM nº 2.147/2016

Ementa: Estabelece normas sobre a responsabilidade, atribuições e direitos de diretores técnicos, diretores clínicos e chefias de serviço em ambientes médicos

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2016/2147>

20 - RESOLUÇÃO CFM Nº 2.153/2016

Ementa: Altera o anexo I da Resolução CFM nº 2.056/2013 e dispõe sobre a nova redação do manual de vistoria e fiscalização da medicina no Brasil. Altera o texto do anexo II – Da anamnese das rescrições e evoluções médicas – da Resolução CFM nº 2.057/2013, publicada no D.O.U. de 12 de nov. de 2013, Seção I, p. 165-171 e revoga o anexo II da Resolução CFM nº 2.056/2013, publicada no D.O.U. de 12 de novembro de 2013, Seção I, p. 162-3 e o anexo II da Resolução CFM nº 2073/2014 publicada no D.O.U. de 11 de abril de 2014, Seção I, p. 154.

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2016/2153>

21 - RESOLUÇÃO CFM Nº 2.174/2017

Ementa: Dispõe sobre a prática do ato anestésico e revoga a Resolução CFM nº 1.802/2006.

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2017/2174>

22 – Resolução CFM nº 2214/2018

Ementa: Torna obrigatória a criação do departamento de fiscalização e estabelece as competências do Conselheiro Coordenador, do Médico Fiscal e do Agente Fiscal no âmbito dos Conselhos Regionais de Medicina.

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2018/2214>



23 - RESOLUÇÃO CFM Nº 2.217/2018

Ementa: Aprova o Código de Ética Médica.

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2018/2217>

24 - RESOLUÇÃO CFM Nº 2.220/2018

Ementa: Dispõe sobre o Registro de Qualificação de Especialidade Médica em virtude de documentos e condições anteriores a 15 de abril de 1989.

Link: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2018/2220>

(CREMERJ)

25 - RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 3/1984

Ementa: Regulamenta a Resolução CREMERJ nº 02/84 e cria normas para a organização, funcionamento e eleição das Comissões de Ética Médica. (Incluídas as alterações de redação dos artigos 3º, 4º, 13, 16 e 22)

Link: <https://www.cremerj.org.br/resolucoes/exibe/resolucao/467>

26 - RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 41/1992

Ementa: Dispõe sobre a Comissão de Revisão de Prontuários.

Link: <https://www.cremerj.org.br/resolucoes/exibe/resolucao/314>

27 – Resolução CREMERJ nº 42/1992

Ementa: Regulamenta a participação de médicos residentes nas Comissões de Ética Médica.

Link: <https://www.cremerj.org.br/resolucoes/exibe/resolucao/1377>

28 - RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 43/1992

Ementa: Altera a redação dos artigos 4º, 13º e 16 da Resolução CREMERJ n. 03/84.

<https://www.cremerj.org.br/resolucoes/exibe/resolucao/1378>

29 – RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 70/1994

Ementa: A jurisdição administrativa das Delegacias Regionais do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro

<https://www.cremerj.org.br/resolucoes/exibe/resolucao/1159>

30. - RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 71/1994

Ementa: Institui, no âmbito do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, a Câmara Técnica Controle de Infecção Hospitalar.

<https://www.cremerj.org.br/resolucoes/exibe/resolucao/1160>

31. - RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 74/1994

Ementa: Dá nova redação ao artigo 4º da Resolução CREMERJ nº 03/84, alterado pela Resolução CREMERJ nº 43/92.

<https://www.cremerj.org.br/resolucoes/exibe/resolucao/1163>

32 - RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 83/95

Ementa: Obriga a criação de Comissões de Infecção Hospitalar, em todos os estabelecimentos hospitalares.

<https://www.cremerj.org.br/resolucoes/exibe/resolucao/1172>

33 - RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 100/1996

Ementa: Estabelece as “Normas Mínimas para o Atendimento de Urgências e Emergências no Estado do Rio de Janeiro”.

Link: <https://www.cremerj.org.br/resolucoes/exibe/resolucao/1187>

34 - RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 107/1996

Ementa: Altera a redação de artigos das Resoluções CREMERJ nº 03/84 e 74/94.

<https://www.cremerj.org.br/resolucoes/exibe/resolucao/1194>



35 – RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 111/1996

Ementa: Estabelece as "Normas mínimas para o funcionamento de Unidades Coronarianas e fiscalização da qualidade técnico-ética do ato médico".

<https://www.cremerj.org.br/resolucoes/exibe/resolucao/301>

36 – RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 114/97

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade do médico registrar no CREMERJ sua condição de coordenador, em qualquer empresa, do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional.

<https://www.cremerj.org.br/resolucoes/exibe/resolucao/1201>

37- RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 116/1997

Ementa: Dispõe sobre as condições de transporte de pacientes em ambulâncias e aeronaves de transporte médico.

Revoga o disposto na Resolução CREMERJ n. 110 de 17 de julho de 1996.

Link: <https://www.cremerj.org.br/resolucoes/exibe/resolucao/1203>

38 - RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 123/1998

Ementa: Estabelece critérios mínimos que as Unidades de Saúde devem obedecer para a prestação de Serviços de Assistência Perinatal.

Link: <https://www.cremerj.org.br/resolucoes/exibe/resolucao/1211>

39 - RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 165/2001

Ementa: Normatiza a Resolução nº 158/00 e determina o prazo para regularização das atividades dos estabelecimentos de saúde que oferecem estágios aos estudantes de Medicina.

Link: <https://www.cremerj.org.br/resolucoes/exibe/resolucao/387>

40 - RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 215/2006

Ementa: Dispõe sobre os procedimentos de especialidades que se enquadram nas "Normas Mínimas para o Funcionamento dos Complexos Cirúrgicos para Procedimentos com Internação de Curta Permanência no Estado do Rio de Janeiro", em concordância com o disposto na Resolução CREMERJ nº 180/01.

Link: <https://www.cremerj.org.br/resolucoes/exibe/resolucao/1297>

41 – RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 264/2012

Ementa: Dispõe sobre a diária a que fazem jus os empregados do CREMERJ.

<https://www.cremerj.org.br/resolucoes/exibe/resolucao/1351>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

1- NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC PG 01, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019

Ementa: Aprova a NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPG01.pdf>

2 - RESOLUÇÃO CFC Nº 986/2003

Ementa: Aprova a NBC TI 01 (NBC T 12) - Da Auditoria Interna.

A Resolução CFC n.º 1.329/11 alterou a sigla e a numeração desta Norma de NBC T 12 para NBC TI 01.

Link: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_986.pdf

3 - NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 11, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

Ementa: Aprova a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP11.pdf>

4 - NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 07, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

Ementa: Aprova a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP07.pdf>

VII. OUTRAS NORMAS



1 - Resolução nº 196/1996 – Conselho Nacional de Saúde

Ementa: Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Link: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html

2 - Portaria MS-nº 2048/2002 – Gabinete do Ministro da Saúde

Ementa: Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.

Link: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html

3 - Portaria MTE n.º 485/2005 – Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego

Ementa: Aprova a Norma Regulamentadora n.º 32 (Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde).

Link: <http://sbbq.iq.usp.br/arquivos/seguranca/portaria485.pdf>

4 - Portaria GM-MS nº 332/2000 – Ministério da Saúde

Ementa: Alterar no item 2, subitem 2.1 do Anexo da Portaria GM/MS nº 3.432, de 12 de agosto de 1998, as alíneas referentes a responsável técnico e médico diarista.

Link: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0332_24_03_2000.html

5 - Portaria GM-MS nº 2616/1998 – Ministério da Saúde

Ementa: Expedir na forma dos anexos I, II, III, IV e V, diretrizes e normas para prevenção e o controle das infecções hospitalares.

Link: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt2616_12_05_1998.html

6 - Portaria Federal nº 453/1998 – Ministério da Saúde/ANVISA

Ementa: Aprovar o Regulamento Técnico "Diretrizes de Proteção Radiológica em Radiodiagnóstico Médico e Odontológico", parte integrante desta Portaria, que estabelece os requisitos básicos de proteção radiológica em radiodiagnóstico e disciplina a prática com os raios-x para fins diagnósticos e intervencionistas, visando a defesa da saúde dos pacientes, dos profissionais envolvidos e do público em geral.

Link: www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/index.php/.../134-radiologia?...portaria...n-453-199...

7 - Resolução nº 7/2010 – ANVISA-MS

Ementa: Dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.

Link: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0007_24_02_2010.html

8 - Resolução RDC nº 36/2013 – ANVISA-MS

Ementa: Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências.

Link: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html

9 - Resolução RDC nº 50/2002 – ANVISA-MS

Ementa: Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

Link: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/rdc0050_21_02_2002.html

10 - Resolução RDC nº 51/2011 – ANVISA-MS

Ementa: Dispõe sobre os requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e dá outras providências.

Link: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2954239/RDC_51_2011_COMP.pdf/e0720f17-70fc-4eb8-b89f-acc025bdf661

11 - Resolução RDC nº 307/02 – ANVISA-MS

Ementa: Altera a Resolução - RDC nº 50 de 21 de fevereiro de 2002 que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

Link: <https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/15140404-vigilancia-sanitaria-rdc-307-02.pdf>



12 - Resolução RDC nº 189/2003 – ANVISA-MS - REVOGADA

Ementa: Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos de análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, altera o Regulamento Técnico aprovado pela RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 e dá outras providências.
Link: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2003/res0189_18_07_2003.html

13 - Resolução RDC nº 33/2003 – ANVISA-MS - REVOGADA

Ementa: Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
Link: <http://www.deloitte.com.br/publicacoes/2003all/042003/diversos/Res33.pdf>

14 – Resolução RDC nº 34, de 11 de junho de 2014

Ementa: Dispõe sobre as Boas Práticas no Ciclo do Sangue

Link:

http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2867975/%281%29RDC_34_2014_COMP.pdf/ddd1d629-50a5-4c5b-a3e0-db9ab782f44a

15 - Resolução RDC nº 283/2005 – ANVISA-MS

Ementa: Aprovar o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial, na forma do Anexo desta Resolução.

Link: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/res0283_26_09_2005.html

16 - Resolução RDC nº 222, de 28 de março de 2018

Ementa: Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências

Link: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3427425/%282%29RDC_222_2018_.pdf/679fc9a2-21ca-450f-a6cd-6a6c1cb7bd0b

17 - Resolução RDC nº 302/2005 – ANVISA-MS

Ementa: Dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos.

Link: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/res0302_13_10_2005.html

18 – Resolução RDC nº 55, de 11 de dezembro de 2015

Ementa: Dispõe sobre as Boas Práticas em Tecidos humanos para uso terapêutico

Link: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_55_2015_.pdf/57eb6007-b35e-4d15-992d-51118966450c

19 - Resolução RDC nº 11, 13 de março de 2014

Ementa: Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise e dá outras providências

Link:

http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2867923/%284%29RDC_11_2014_COMP.pdf/beaf0fc13-a2d9-42d0-892b-60e0390c16e3

20 - Resolução GM-MS nº 336/2002 – Ministério da Saúde

Ementa: Estabelece que os Centros de Atenção Psicossocial poderão constituir-se nas seguintes modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional, conforme disposto nesta Portaria.

Link: http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria_336.pdf

21 - NBR 6023/2002 – Associação Brasileira de Normas Técnicas

Link: <https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=408006#>

22 - NBR 6023/2002 – Associação Brasileira de Normas Técnicas

Link: <https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=4243>

23 - NBR 10520/2002 – Associação Brasileira de Normas Técnicas

Link: <https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=2074>



24 - NBR 6028/2003 – Associação Brasileira de Normas Técnicas

Link: <https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=2003>

25 - Instrução Normativa nº 03, de 20 de abril de 2017

Link: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/713-instrucao-normativa-n-3-de-20-de-abril-de-2017>

26 - Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012

Link: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=37200>

27 - Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011

Ementa: Regula os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos.

Link: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=36800&visao=anotado>

28 - Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997

Ementa: Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos e dá outras providências

Link: file:///C:/Users/ysilva/Downloads/in-stn_1997_1.pdf

29 - Orientação Normativa nº 3, de 01 de agosto de 2016, do Ministério do Planejamento

Ementa: Dispõe sobre regras de aferição da veracidade da autodeclaração prestada por candidatos negros para fins do disposto na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

Link: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/23376081/do1-2016-08-02-orientacao-normativa-n-3-de-1-de-agosto-de-2016-23375906